

As idéias ortodoxas não explicam a inflação brasileira nem ajudam a encontrar saída para a crise dos países devedores. A opinião é do brasileiro Werner Baer, que defende um jogo mais duro contra os credores internacionais. PÁG. 33

Descredito na recuperação

As estatísticas das entidades que acompanham o desempenho da economia, incluindo o Dieese, apontam uma recuperação. Tais números, no entanto, não convencem a opinião pública, segundo pesquisa da "Folha" com 3 mil pessoas em 6 capitais. Para 37% delas, o desemprego aumentou, principalmente em Curitiba e Porto Alegre, e a renda familiar caiu e diminuiu o poder de compra. PÁG. 37

Desemprego

O Movimento de Luta Contra o Desemprego, responsável pela invasão do prédio do Sine, congrega hoje cerca de 80 comitês, constituídos por militantes das Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos populares e do PT. PÁG. 38

Câmbio negro

Ter dólares sob o colchão ou no bolso não é crime. Operar com moeda estrangeira, sem a devida autorização do BC é apenas contravenção, praticada pelo "bleiguistas" que negociam no amplo universo do mercado paralelo. PÁG. 36

FOLHA DE S. PAULO Economia

Domingo, 2 de setembro de 1984

Balbina pode repetir o caso Tucuruí

TEODORO G. MEISSNER
Do nosso equipe de reportagem

que a Eletronorte — que tem "a finalidade de construir hidrelétricas e não de desenvolver atividades de exploração madeireira", segundo Araújo — e não o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal)? Não houve resposta, a não ser a enigmática "determinação superior". Mas talvez ela esteja em Tucuruí. Quando o IBDF se negou a aceitar a tarefa, por impossível, seu presidente foi afastado, foi criada a "Coordenadoria do Projeto Tucuruí", composta do ex-ministro Amauri Stábile e pelo ex-diretor de comercialização do IBDF, e candidato vencido à sua presidência, Roberto Amaral e deu no que todos conhecem como o "Caso Capemi". Ao que tudo indica, o atual presidente do IBDF, Mauro da Silva Reis, declinou da tarefa, por considerar que não havia tempo útil para a realização da obra, embora, por lei, essa seja uma atribuição exclusiva daquele órgão.

dados instalada de processamento é da ordem de 5 milhões de metros cúbicos/ano. Ao invés de transformar a madeira em cinzas, a idéia é transformá-la em dólar e emprego local, aproveitando temporariamente (grifo do redator) este mercado. É necessário, entretanto, que isto seja conduzido de forma muito profissional, tanto do ponto de vista de produção quanto do mercadológico (grifo do redator). O trabalho mostrou também que os preços que as indústrias de Manaus pagam pela madeira, da ordem de US\$ 8 a 15 o metro cúbico, eventualmente US\$ 25, são muito inferiores ao custo de US\$ 34 estimado para as toras de Balbina. Daí a justificativa de se ter considerado a opção tora. O carvão vegetal, por sua vez, é uma complementação da exploração de toras, ao aproveitar a derrubada e o resíduo florestal. O carvão que se considera é o produzido de forma simples, em fornos de alvenaria, cujo investimento é relativamente modesto."

Algumas colocações muito contraditórias

A fala do representante da Jaakko é extremamente ilustrativa, de acordo com alguns dos madeireiros presentes à reunião. Primeiro, ele afirma que os países asiáticos, ao limitar a exportação de toras, estão se protegendo e prega o contrário para o Brasil, no caso de Balbina. Segundo, enfatiza que a exploração será temporária e que é necessário muito profissionalismo na produção e na conquista mercadológica. Para os madeireiros, o prazo estipulado inviabiliza a empreitada, principalmente pelo lado do "marketing". Como fazer com que o mercado internacional aceite, durante pouco tempo, espécies tropicais de madeira, muitas desconhecidas? Só com muito tempo, dizem.

Planejamento com dez anos de antecedência

Saul Zugman, representante do Sindicato dos Compensados e Laminados do Estado do Paraná, lamentou, na reunião, que "o mesmo que ocorreu em Tucuruí esteja ocorrendo em Balbina, ou seja, o planejamento não foi feito com a antecedência necessária, de 10 anos". Acrescentou que "a exportação de tora é anti-patriótica: a tora é a nossa matéria prima, geradora de mão-de-obra. Exportando-a, estaremos gerando mão-de-obra no Exterior".

Foi aí que Araújo reconheceu a não aptidão da Eletronorte em exploração madeireira. "Quando a entregar uma área de um futuro reservatório com 10 ou 15 anos de antecedência para limpeza, a Eletronorte teria também que antecipar investimentos em 15 anos para compra da terra, o que iria encarecer demasiadamente a hidrelétrica, além de ocorrer a substituição da floresta original pela rebrota da vegetação".

Araújo ressaltou ainda que em futuras hidrelétricas, "se o assunto for considerado dentro de uma política mais ampla do governo", o problema pode ter outro enfoque. Quanto a Balbina, "a única opção razoável parece ser a exportação de toras". Porque ele não disse, mas o "impatriotismo" (segundo Zugman) deve-se ao prazo exigido, decorrente da falta de planejamento.

O engenheiro esclareceu também que a empresa exploradora terá de fazer o abate completo e posterior queima de todo o material (restante). Para Mário Moraes, do Sindicato das Indústrias de Madeira do Amazonas, "isso vai onerar demais a exploração florestal" e, com visível desinteresse, afirmou que "possivelmente o sindicato apresentará alguma sugestão posteriormente". Foi a resposta mais positiva que a Eletronorte recebeu na reunião.

Araújo, percebendo o clima, pediu que qualquer sugestão fosse feita por escrito, com máxima urgência, para acelerar o processo. Disse que todos os estudos estavam à disposição, "para uma conscientização do risco que o empresário terá de assumir. Isto é importante para evitar possíveis aventuras". Para um dos participantes, aventura já é e o risco é uma certeza de prejuízo.

Zugman lembrou que tentou participar de Tucuruí mas não conseguiu, "principalmente pela exiguidade do prazo". Citou que é madeireiro "desde que me conheço por gente" e que consome 15 mil metros cúbicos de madeira por mês na sua indústria. Com base em sua experiência, garante que é "anticonômica a instalação de uma indústria no prazo proposto, a não ser para explorar toras, o que não é o caso da minha empresa". Outros madeireiros afixam que mesmo a exploração de toras será anticonômica nesse caso.

O representante da Jaakko garantiu que a opção toras, conjugada com carvão vegetal, em operação integrada, é viável. "A opção tora foi considerada (em seu estudo), dado que existe um mercado internacional de toras de madeiras mistas tropicais da ordem de 32 milhões de metros cúbicos/ano, que flui na região asiática, da Indonésia, Malásia e Filipinas para Coreia do Sul, Japão, Singapura etc. Esses países produtores estão se protegendo, tentando industrializá-las localmente (grifo do redator). O déficit criado na capaci-

Para alguns, um mito de quase 500 anos

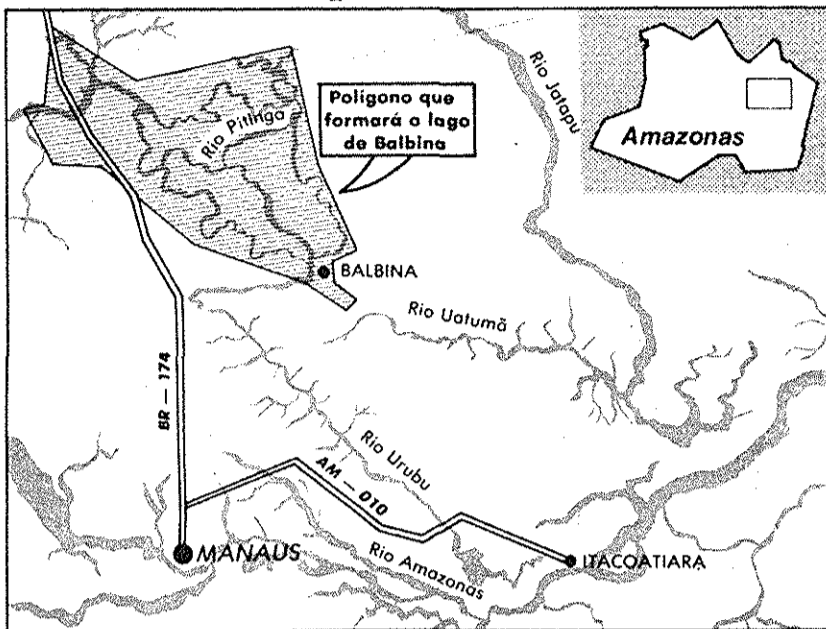
Para alguns empresários, profundos conhecedores da Amazônia, a riqueza de sua floresta é um mito cultivado ao longo de quase 500 anos, desde que Cabral descobriu essa terra e houve a euforia com o pau-brasil. De acordo com eles, a floresta amazônica não é rica em madeiras: é pobre. Como disse um desses empresários, que pede para não ser identificado: "Se a extração de madeira rendesse meio salário mínimo por mês, você acha que ainda haveria uma árvore em pé na Amazônia? Teria acontecido o que houve em São Paulo e no Paraná, onde o desmatamento foi total".

E por que não é possível explorar economicamente as madeiras amazônicas, no entender desses empresários se, como reconhecem, existem lá árvores de alta qualidade? Eles listam uma série de obstáculos. Os principais são os seguintes:

★ Topografia — O terreno é acidentado, movediço. De repente, encontram-se abismos de até 200 metros de profundidade. Como retirar economicamente, argumentam, uma árvore nessas condições?.

★ Concentração pequena — Embora haja lá madeiras de boa qualidade, a concentração é pequena, tornando o seu custo de extração mais alto do que o preço de mercado e, portanto, inviável economicamente. Além disso, a maior parte é de madeira reta, pode em 1/3 e fértil em "estrondo", isto é, racha facilmente.

★ Falta de infraestrutura — Outro grande obstáculo, segundo os empresários, é a falta de estradas vicinais: "Só se retira madeira onde tem estrada; tanto que as serrarias



amazônicas estão instaladas onde elas (as estradas) existem, já que a colonização pelos rios é quase impossível, em função das duas cheias anuais, fazendo com que o rio fique até 19 metros acima do seu leito normal; a vazão normal do Tocantins é de 2.500 metros cúbicos por segundo; durante as "águas de março" chega a 68 mil m³/segundo". Eles elogiam o trabalho do Getat (Grupo Executivo de Terras do Alto Tocantins), órgão do Ministério de Assuntos Fundiários, que está abrindo estradas simples na região, mas absolutamente transitáveis em qualquer época do ano, mesmo no "inverno" (chuvas), "viabilizando economicamente as terras, em um

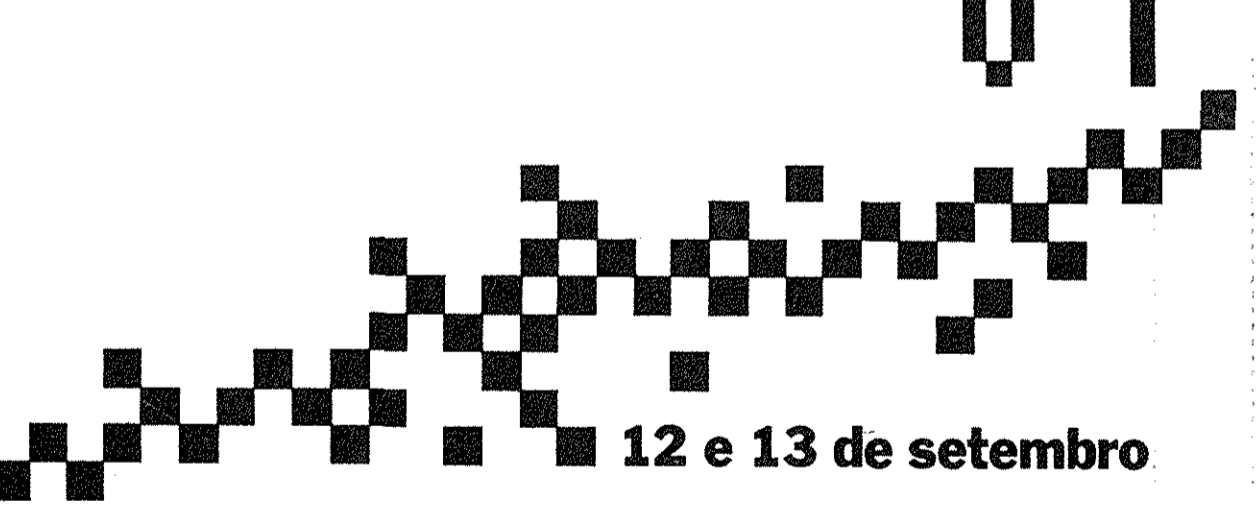
trabalho sensato, porque sem transporte econômico não é possível fazer nada".

Um dos maiores empresários brasileiros, com larga experiência na Amazônia — onde desmatou quase 500 quilômetros quadrados, entre outras obras — garante que a região é viável: "As terras são boas mas precisam ser trabalhadas. Em Tucuruí, o povoamento está-se dando com uma intensidade maravilhosa. Aque-la terra se presta ao reflorestamento, nas áreas de melhor topografia".

Sobre a região de Balbina, esse empresário prefere não falar: "Não conheço a área e a floresta muda de características a cada metro".

VIDEOTEXTO

Para quem sempre acreditou nele. Para quem está começando agora.



12 e 13 de setembro

3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2ª EXPOSIÇÃO VIDEOTEXTO

A ANV - Associação Nacional de Fornecedores de Serviço Videotexto quer que você conheça mais de perto o desenvolvimento, a evolução e as tendências futuras do Videotexto no Brasil.

Participe do Videotexto 84. Um encontro que acontece no momento em que a Telesp recebe o primeiro lote de terminais institucionais para escritório e adaptadores domésticos residenciais do Videotexto, de fabricação nacional. Isso vai permitir a expansão da rede e o início das operações do serviço público do Videotexto, através dos Olhões.

Durante o 3º Seminário Internacional serão amplamente discutidos e analisados temas referentes ao Videotexto, com a participação de renomados profissionais do Brasil e do Exterior. Videotexto 84, uma oportunidade para conhecer melhor o sistema e seus novos rumos. Para as indústrias do setor discutirem seus negócios. Para que fornecedores - de serviços e equipamentos - avaliem o crescimento sensível de um sistema que, hoje, é realidade. E para que o público em geral conheça de perto os meios e facilidades que serão colocados à sua disposição.

O Seminário reúne representantes das mais destacadas empresas e entidades nacionais que participam do projeto Videotexto.

A Associação Nacional de Fornecedores de Serviço Videotexto e empresas como Captain System Corp., do Japão, AT&T, IBM Corporation e American Express, dos Estados Unidos, Tourism Technology, da Inglaterra, Informart, do Canadá, esperam por você.



Videotexto 84 - Centro de Convenções Rebouças
12 e 13 de setembro de 1984
Informações pelos telefones: 251-4481 e 283-1607
com Meire ou Dulce

F-05/84/8009

Com Balbina, a dúvida sobre a exploração da floresta

É uma velha discussão: é possível explorar economicamente nossas florestas tropicais situadas na Amazônia? De um lado, os ecologistas temem que a Amazônia se transforme em um deserto. De outro, empresários afirmam que, dadas as condições adversas da região, o custo da madeira sairia tão alto que não valeria a pena explorá-la. Para os dois tipos de céticos, estudiosos de todo o mundo, inclusive do Brasil, são categóricos ao afirmar que a floresta tropical pode ser economicamente viável, sem transformar a região em um deserto. Mais que isso, a exploração é inevitável. Para fazê-la da melhor forma possível, tanto em termos ecológicos quanto econômicos, é preciso tempo, conhecimento e criatividade, além de uma clara orientação governamental a respeito.

Os empresários contrários à tese da viabilidade econômica costumam listar três tipos de problemas, aparentemente insuperáveis: a insalubridade da região; o clima que, com suas chuvas e enchentes destrói estradas e obras de artes, como pontes; e a heterogeneidade da floresta, obrigando a um largo manuseio da madeira e encarecendo o custo de sua exploração.

O engenheiro florestal Reinaldo Herrero Ponce, do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas, da USP) e consultor da Onudi (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) garante que, com planejamento a longo prazo, "é possível explorar qualquer floresta e ainda beneficiar a região".

Ponce não é apenas um teórico: viveu cinco anos enfiado na floresta amazônica e jamais teve uma malária. "Nas margens dos grandes rios já não existe essa doença e, nos outros locais, florestas a dentro, é possível evitá-la. Se a região fosse tão insalubre, porque se iria fazer lá uma grande hidrelétrica, a Coalbra, os grandes projetos de alumínio? E como se viabilizaria Carajás, que está situado em uma região mais central, mais insalubre?"

O inverno (chuvas) rigoroso também não assusta Ponce: "As cheias dos rios muitas vezes beneficiam o aproveitamento da floresta. Durante o verão (seca) os exploradores abrem valas floresta a dentro que, no inverno, se enchem de água e por ali se escoam a madeira explorada. Tudo depende da criatividade".

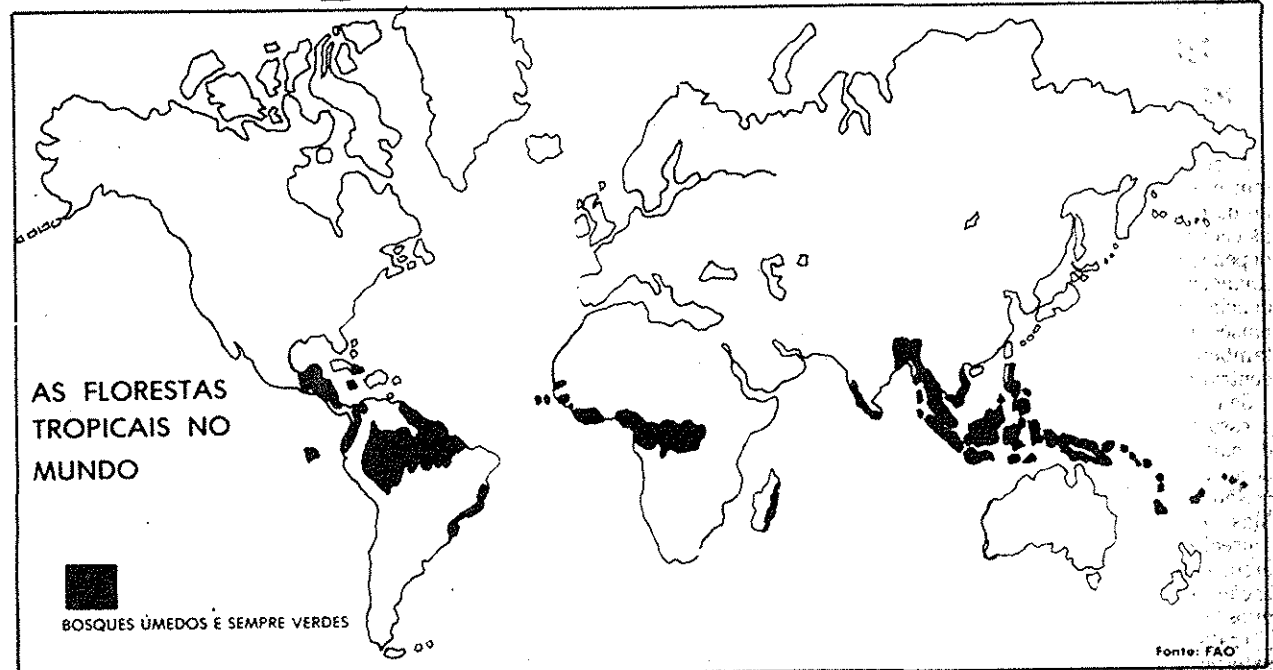
O empresário Sérgio Lupattelli Júnior, presidente da Manasa Madeireira e diretor da Sociedade Brasileira de Silvicultura, afirma que as cheias impedem a atividade de grandes madeireiras mas não as das pequenas, "que compram de outra área ou até podem parar por um tempo", mesma opinião de Ponce, para quem a exploração florestal da Amazônia deve ficar em mãos da pequena empresa, mais ágil e criativa do que a grande.

Heterogeneidade, problema solúvel

Todos os estudos convergem em um ponto: a heterogeneidade da floresta tropical é o principal obstáculo para a sua exploração econômica. Mas não é intransponível. Ao contrário, para os países em desenvolvimento, onde se concentram as maiores reservas desse tipo, encontrar uma solução é fundamental.

Para o engenheiro florestal Ponce, na Amazônia devem existir de 2 mil a 3 mil espécies de árvores, e, "em princípio, cada espécie tem um comportamento diferente da outra, como se tivessem impressões digitais". De acordo com ele, esse tipo de floresta só pode ser explorado por empresas com uma estrutura simples e que façam uma racionalização progressiva do trabalho, ao contrário do que se tentou fazer em Tucuruí, com a Capemi.

Recentemente, Ponce fez a Companhia Vale do Rio Doce desistir de montar uma grande madeireira na região de influência de Carajás e convenceu-a a apenas comercializar



As florestas tropicais no mundo

As florestas tropicais (sombreadas no mapa) estão espalhadas pela Amazônia, Caribe, África, Ásia e Oceania. No total, são 1,2 milhões de hectares, dos quais metade (600 milhões) estão na América do Sul e

mais de um quarto (340 milhões) no Brasil. Apesar dessa posição privilegiada, o Brasil vem perdendo posições no mercado mundial de madeiras. Em 1978, entre os principais produtores, ele ainda ganhava de

Papua Nova Guiné (leia a tabela). Em 1982, já passa a ser o último colocado. Todas essas florestas têm o mesmo tipo de configuração geral, embora cada uma tenha as suas particularidades próprias.

	1978	1982
Indonésia	20.270	4.996
Malásia	20.177	22.864
Filipinas	3.321	1.686
Papua Nova Guiné	463	1.090
Costa do Marfim	3.133	2.635
Brasil	519	519

(* inclui exportação de toras, madeira serrada, chapas e compensados. Fonte: MA/IBDF)

a madeira de lá, extraída por pequenas serrarias, "aumentando a produção da área". Além dos seus conhecimentos teóricos, o engenheiro contou duas histórias típicas. Enquanto a Capemi se afundava em Tucuruí, uma pequena serraria, instalada há 5 anos na região, progredia e hoje tem 5 serrarias, avião particular etc., tudo ganho com a madeira amazônica. Na região de Breves, um grande grupo instalou uma moderna serraria, ao custo de US\$ 12 milhões, contratou 400 pessoas (uma dela o próprio Ponce) e conseguia serrar de 20 a 30 metros cúbicos de madeira por dia, quando o mínimo operacional seria de 113 metros (4.000 por mês). Logo abaixo, no rio, um mecânico comprou uma serraria de segunda mão, fiado, e com 30 pessoas produzia mais do que o grande empreendimento, que não existe mais enquanto o ex-mecânico prospera.

Também para Lupattelli, a heterogeneidade é um problema real mas não insolúvel. O principal obstáculo é a falta de mercado para as espécies amazônicas, ainda pouca conhecidas e com agrupamento por espécies (como existe no Sudeste Asiático) em andamento. "Isso não depende apenas de pesquisa e desenvolvimento; já há bons estudos para se agrupar espécies. O problema é que o mercado europeu (principal comprador potencial) só aceita novas espécies progressivamente. E para aceitá-las, quer garantia de fornecimento contínuo e um grande número de fornecedores, para poder ter poder de barganha e não ficar na mão de um só, que pode até quebrar, como a Capemi". Essas condições, os projetos de Tucuruí, Balbina e Samuel não oferecem.

O empresário calcula que a introdução de madeiras tropicais brasileiras na Europa vai levar não menos de 5 anos e não mais do 10 anos.

Tucuruí, Balbina e Samuel
Em Tucuruí, segundo Lupattelli, fez-se uma mera conta aritmética: multiplicou-se os metros cúbicos de madeira presumivelmente existente lá pelo seu preço de mercado, o que deu uma cifra "astronômica, extremamente otimista e superficial. Era como querer fazer um filho nascer em um mês, quando todos sabem que são precisos nove. Faltou planejamento estratégico e não foi culpa da Capemi: a melhor madeireira teria o mesmo resultado final".

Ele lembrou que a maior madeireira do mundo, a Balikpapan, da Indonésia, processa 900 mil metros cúbicos de madeiras por ano. Em Tucuruí, queria se processar 4 milhões de metros cúbicos/ano: "uma alucinação", não só e termos de capital mas também de gestão, diz.

Lupattelli condena igualmente a maneira como as áreas estão sendo oferecidas às madeireiras, "confundindo-se despesas de limpeza com o aproveitamento econômico da floresta; a limpeza é um item de custo da hidrelétrica e não pode ser debitada às madeireiras".

Dada a falta de planejamento, o empresário considera que o caminho que está sendo seguido em Balbina e, provavelmente, em Samuel, é melhor do que o de Tucuruí: "O negócio é tirar o que der, o que não é muito, e o resto derrubar e queimar. Em 10 ou 15 anos talvez fosse possível a exploração, com planejamento, respeitando as condições locais, sabendo que o mercado reage lentamente. Aí certamente a Amazônia será uma supridora do mercado mundial".

Que o problema é de mercado, Lupattelli sabe até por experiência própria. Há um bom tempo ele vinha tentando convencer o governo da República Popular da China de que madeiras tropicais eram um bom negócio para eles, cujo mercado não tem as mesmas exigências (muitas vezes preconceituosas) do europeu, de só aceitar uma pequena variedade de espécies, as mais conhecidas. Tanto bateu nessa tecla, que convenceu, mas de uma maneira inesperada. Ao invés de comprar madeira de Lupattelli, os chineses preferiram comprar suas duas empresas amazônicas e explorarem eles mesmos a floresta. O negócio já foi fechado.

Inventário mal feito

O engenheiro Reinaldo Herrero Ponce concorda com Lupattelli sobre Tucuruí e vai além: houve ainda um inventário florestal mal feito, que levou a Capemi a pagar Cr\$ 18,4 mil por hectare quando o preço do hectare, em regiões melhores, estava a Cr\$ 5 mil. O inventário foi mal feito porque se destinou uma verba 15 vezes menor do que a necessária. Consequentemente, a amostragem foi 15 vezes menor e menos científica, do que o exigido internacionalmente, dando margem a erros grotescos de superavaliação do potencial madeireiro da área.

Ponce defende a entrega dessas áreas a pequenas empresas, por um preço simbólico, até como forma de aumentar a produtividade: das florestas altas poderia-se extrair 200 m³/ha e só se tira 2.

Para ele Balbina foi entregue fora do prazo e com muitas condicionantes, como a limpeza da área: "O madeireiro vai para outro lugar, onde não tem essas obrigações".

Exploração baixa

O IBDF (Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal) tem encontrado dificuldades para implantar os 5 entrepostos de exportação de madeira na Amazônia, previstos em um estudo do órgão: em Porto Velho (RO), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Ilha do Marajó e Santarém (PA), sendo que apenas este último está em funcionamento parcial.

As dificuldades se devem ao baixo índice de exploração. Apesar de estarem instaladas na Amazônia Legal mais de 1.600 serrarias, a maioria dos 5,4 milhões de m³, provenientes de 100 espécies, vão para uso local. Dessas, apenas 5 (virola, mogno, andiroba, sucupira e freijó) têm aceitação no mercado internacional. Na Amazônia, há pelos menos 400 espécies exploráveis, segundo o IBDF.

De acordo com o engenheiro Ponce, dos 340 milhões de hectares da Amazônia, cerca de 200 milhões continuam inacessíveis, face à política governamental, que favorece a concentração de madeireiras à beira dos rios, o que leva ao esgotamento de algumas espécies, como a virola e a caoba. Em decorrência, a participação da madeira (e seus subprodutos) nas exportações brasileiras totais, que chegou a 5% em 1968, hoje anda na casa de 1,5%.